

Macroprocesso: Gestão do Sistema de Correição	Edição: 1ª	Data: 06/01/2026
PROCESSO: CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE LENIÊNCIA	Primeira Edição: 06/01/2026	

MANUAL PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE LENIÊNCIA

CONTROLE DE APROVAÇÃO

ELABORAÇÃO	REVISÃO	APROVAÇÃO
Karla Moreira Parente e Alexandre Jorge Triandópolis Junior	Antonio Paulo da Silva e Denise Andrade Araújo	Marcelo de Sousa Monteiro

HISTÓRICO DE MODIFICAÇÕES

EDIÇÃO	DATA	ALTERAÇÕES EM RELAÇÃO À EDIÇÃO ANTERIOR
01	06/01/2026	Edição inicial.

Macroprocesso:	Gestão do Sistema de Correição	Edição: 1ª	Data: 06/01/2026
PROCESSO:	CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE LENIÊNCIA	Primeira Edição: 06/01/2026	

ÍNDICE

1. OBJETIVO	3
2. ABRANGÊNCIA (ESCOPO).....	3
3. COMPETÊNCIAS	3
3.1 Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) é competente para:	3
4. CONCEITUAÇÃO	3
5. DIRETRIZES GERAIS OU CONTEXTUALIZAÇÃO	3
6. PROCESSO.....	5
7. CONTROLE DE REGISTRO DA QUALIDADE	6
8. REVISÃO	6
9. APROVAÇÃO	6
10. REFERÊNCIAS	6

Macroprocesso: Gestão do Sistema de Correição	Edição: 1ª	Data: 06/01/2026
PROCESSO: CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE LENIÊNCIA	Primeira Edição: 06/01/2026	

1. OBJETIVO

Estabelecer as diretrizes e procedimentos para celebração dos Acordos de Leniência pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará (CGE), com o objetivo de incentivar a colaboração efetiva das pessoas jurídicas na apuração de atos lesivos à Administração Pública, conforme previsto na Lei Federal nº 12.846/2013 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 33.951/2021.

Considerando o caráter eventual e não rotineiro desse instrumento, este Manual tem por objetivo orientar e padronizar a atuação institucional nos casos em que pessoas jurídicas, voluntariamente, manifestem interesse em celebrar Acordos de Leniência em relação à eventual prática ilícita.

2. ABRANGÊNCIA (ESCOPO)

Aplica-se a todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo do Estado do Ceará, em situações que envolvam a prática de atos lesivos à Administração Pública estadual por pessoas jurídicas, conforme disposto na Lei Federal nº 12.846/2013, que manifestem interesse em colaborar com as investigações mediante celebração de Acordo de Leniência.

3. COMPETÊNCIAS

3.1 Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) é competente para:

- Participar das negociações de Acordos de Leniência (art. 4º, inciso XXXV, da Lei Complementar Estadual nº 309/2023);
- Celebrar, coordenar e acompanhar os Acordos de Leniência no âmbito do Poder Executivo Estadual (art. 44 do Decreto estadual nº 33.951/2021);
- Designar comissão de negociação composta por servidores efetivos, incluindo membros da CGE e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) (art. 47 do Decreto Estadual nº 33.951/2021);
- Supervisionar o cumprimento dos compromissos assumidos pelas pessoas jurídicas e declarar o cumprimento integral do acordo (art. 54 do Decreto Estadual nº 33.951/2021).

4. CONCEITUAÇÃO

O Acordo de Leniência é o instrumento jurídico celebrado entre o Estado do Ceará e a pessoa jurídica responsável pela prática de atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/2013, que colabora efetivamente com as investigações e processos administrativos, em troca de benefícios legais como redução de sanções e isenção parcial de penalidades, desde que cumpra integralmente as obrigações assumidas.

5. DIRETRIZES GERAIS OU CONTEXTUALIZAÇÃO

- A proposta de acordo deve ser apresentada pela pessoa jurídica à CGE, podendo ser feita até a conclusão do relatório final do PAR (arts. 44 a 46 do Decreto Estadual nº 33.951/2021).

Macroprocesso: Gestão do Sistema de Correição	Edição: 1ª	Data: 06/01/2026
PROCESSO: CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE LENIÊNCIA	Primeira Edição: 06/01/2026	

33.951/2021).

- Uma vez apresentada a proposta de Acordo de Leniência, o Secretário de Estado Chefe da CGE, por despacho, designará comissão responsável pela condução da negociação do acordo, composta por 3 (três) servidores públicos efetivos, sendo, pelo menos, um 1 (um) membro da CGE, indicado pelo Secretário Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado e 1 (um) membro da PGE, indicado pelo Procurador Geral do Estado (art. 47 do Decreto Estadual nº 33.951/2021).
- O processo de negociação tramita sob sigilo (art. 45, §1º, do Decreto Estadual nº 33.951/2021).
- O acordo deve resultar (art. 43 do Decreto Estadual nº 33.951/2021):
 - I - na identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber;
 - II - na obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação;
 - III - na cooperação da pessoa jurídica com as investigações, em face de sua responsabilidade objetiva; e
 - IV - no comprometimento da pessoa jurídica na implementação ou na melhoria de mecanismos internos de integridade.
- A fase de negociação do Acordo de Leniência pode durar até 60 (sessenta) dias, justificadamente prorrogáveis, contados da apresentação da proposta (art. 49 do Decreto Estadual nº 33.951/2021).
- A qualquer momento que anteceda à celebração do Acordo de Leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a CGE rejeitá-la (art. 50 do Decreto Estadual nº 33.951/2021).
- A celebração do Acordo de Leniência poderá (art. 51 do Decreto Estadual nº 33.951/2021):
 - I - isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do caput do art. 6º da Lei Federal nº 12.846/2013, e das sanções restritivas ao direito de licitar e contratar previstas na Lei Federal nº 8.666, de 1993, e em outras normas que tratam de licitações e contratos;
 - II - reduzir a multa prevista no inciso I do caput do art. 6º da Lei Federal nº 12.846/2013, em até 2/3 (dois terços), não sendo aplicável à pessoa jurídica qualquer outra sanção de natureza pecuniária decorrente das infrações especificadas no acordo; e
 - III - no caso de a pessoa jurídica ser a primeira a firmar o Acordo de Leniência sobre os atos e fatos investigados, a redução poderá chegar até a sua completa remissão, não sendo aplicável à pessoa jurídica qualquer outra sanção de natureza pecuniária decorrente das infrações especificadas no acordo.
- No caso de descumprimento do Acordo de Leniência (art. 53 do Decreto Estadual nº 33.951/2021):
 - I - a pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela Administração Pública do referido descumprimento;

Macroprocesso: Gestão do Sistema de Correição	Edição: 1ª	Data: 06/01/2026
PROCESSO: CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE LENIÊNCIA	Primeira Edição: 06/01/2026	

II - a CGE fará constar o ocorrido nos autos do PAR;

III - a pessoa jurídica não poderá desfrutar dos benefícios em razão da celebração do acordo de leniência previstos na Lei Federal nº 12.846/2013;

IV- o fato será comunicado ao Ministério Público Estadual e/ou ao Tribunal de Contas do Estado, conforme o caso;

V - o PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado;

VI- será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas; e

VII - a CGE fará constar o descumprimento do Acordo de Leniência no Cadastro Nacional de Empresas Punidas e no Cadastro de Fornecedores.

- A CGE realiza acompanhamento contínuo do cumprimento das cláusulas e declara o cumprimento integral ao final (art. 54 do Decreto Estadual nº 33.951/2021).

6. PROCESSO

6.1 Etapas do Processo

ETAPA	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	PREVISÃO LEGAL
1. Manifestação de interesse	A pessoa jurídica manifesta, de forma oral ou escrita, o interesse em colaborar com as investigações.	Pessoa Jurídica	Art. 45
2. Recebimento e análise inicial	A CGE recebe a proposta, verifica a legitimidade e formaliza o processo em autos apartados.	CGE	Art. 45, §§1º-3º
3. Designação da comissão	O Secretário-chefe da CGE designa, por meio de portaria a ser publicada no DOE, comissão de negociação, formada por 3 (três) servidores estáveis.	CGE	Art. 47
4. Negociação do acordo	A comissão conduz reuniões e elabora Memorandos de Entendimentos com a pessoa jurídica.	Comissão de Negociação	Art. 48 e 49
5. Relatório conclusivo acerca das negociações	A comissão elabora Relatório Conclusivo acerca das negociações e o submete ao Secretário de Estado Chefe da CGE e ao Procurador-Geral do Estado e, quando for o caso, ao MP e/ou ao TCE.	Comissão de Negociação	Art. 48, VI e Único
6. Celebração do acordo	Formalização mediante instrumento jurídico contendo obrigações, benefícios e mecanismos de acompanhamento.	CGE / PGE	Art. 52
7. Acompanhamento	A CGE monitora o cumprimento das cláusulas pactuadas.	CGE	Art. 52, XI
8. Declaração de cumprimento	Em caso de cumprimento integral, a CGE declara o acordo finalizado e aplica os benefícios previstos.	CGE	Art. 54
9. Descumprimento	Em caso de descumprimento, o acordo é rescindido e retomam-se os processos administrativos correspondentes.	CGE	Art. 53

Macroprocesso:	Gestão do Sistema de Correição	Edição: 1ª	Data: 06/01/2026
PROCESSO:	CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE LENIÊNCIA	Primeira Edição: 06/01/2026	

7. CONTROLE DE REGISTRO DA QUALIDADE

IDENTIFICAÇÃO	ARMAZENAMENTO	PROTEÇÃO	RECUPERAÇÃO		RETENÇÃO	DISPOSIÇÃO
			INDEXAÇÃO	ACESSO		
Memorando de Entendimentos	1) Arquivo digital: Diretório COSCO	1) Pasta 2) Backup	Cronológica	Célula de Apuração de Responsabilidade	Permanente	1) Arquivo Permanente 2) Manutenção em Backup
Relatório Conclusivo da Comissão	1) Arquivo digital: Diretório COSCO	1) Pasta 2) Backup	Cronológica	Célula de Apuração de Responsabilidade	Permanente	1) Arquivo Permanente 2) Manutenção em Backup
Acordo de Leniência celebrado	1) Arquivo digital: Diretório COSCO	1) Pasta 2) Backup	Cronológica	Célula de Apuração de Responsabilidade	Permanente	1) Arquivo Permanente 2) Manutenção em Backup

8. REVISÃO

Esta Norma será validada e revisada sempre que necessário, em decorrência do processo de melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade.

9. APROVAÇÃO

NOME	FUNÇÃO
Marcelo de Sousa Monteiro	Presidente do Comitê de Integridade, Riscos e Qualidade

10. REFERÊNCIAS

TIPO DE NORMA	Ementa da norma
Lei Federal nº 12.846/2013	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
Lei Complementar Estadual nº 309/2023	Regulamenta os §§ 1.º, 2.º e 3.º do Art. 190-A da Constituição do Estado do Ceará, no âmbito do Poder Executivo, estabelece competências e valores da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, e dispõe sobre o regime jurídico da carreira de Auditor de Controle Interno.
Decreto Estadual nº 33.951/2021	Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública e dá outras providências.